

## **Preservação e Urbanismo: Desafios na preservação dos monumentos históricos de Olinda.**

Este ensaio tem como objetivo compreender os processos de urbanização da cidade de Olinda evidenciando como estas transformações sócio-espaciais conduziu novos desafios para a preservação dos monumentos históricos da cidade. Urbanismo e preservação são práticas que nasceram juntas, mas nem sempre estiveram lado a lado. A medida que o Patrimônio histórico e a cultura tornam-se elementos essenciais da cidade contemporânea o ‘patrimônio urbano’, ‘a preservação urbana’, o ‘urbanismo’ e o ‘planejamento urbano’ começam a se articular.

Marco Aurélio Gomes (2014) enfatiza que desde o século XIX, a idéia de preservação da cidade do passado estava atrelada ao seu ‘duplo sentido de preservação’, ou seja, a preservação do patrimônio urbano tenderia a resolver o problema da cidade do presente, assim como também moldar e controlar o desenvolvimento da cidade do futuro. Neste contexto, os impactos da industrialização é apontado como um dos fatores que levaram engenheiros e arquitetos a se preocuparem com a preservação das cidades do futuro.

Françoise Choay (2011), historiadora, filósofa e crítica da arte, tece seus estudos focando na teoria das formas urbanas e arquitetônicas. Em sua obra "Patrimônio em questão: antologia para um combate" (2009), a autora reúne um grupo essencial de documentos do século XII ao XX que permitem assimilar como surgiu e também como se desenvolveu a preocupação com a preservação das edificações históricas, mormente, ressalta as inconvenientes confusões e misturas que foram associadas o entendimento do “patrimônio”.

Através de apontamentos históricos a autora desenvolve o discurso sobre monumento, e a variação de suas formas presentes em todas as culturas e sociedades humanas. Choay atribui a Jhon Ruskin, escritor e crítico da arte, a primeira iniciativa em

valorizar e conservar uma arquitetura modesta constituinte do tecido das cidades antigas, como pode se notar:

“Considero o espírito [...] e a sabedoria secular [que animam a arquitetura doméstica] como a primeira e incontestável fonte da grande arquitetura da Itália e da França de outros tempos. Ainda hoje a qualidade das suas mais belas cidades não depende da riqueza isolada dos seus palácios, mas do cuidado posto no acabamento dos mais pequenos alojamentos das suas épocas gloriosas [...]” (Ruskin In Choay, 2011, p.160).

Seguindo nesse percurso, os italianos, sob influência do arquiteto e engenheiro Gustavo Giovannoni, foram os primeiros, após a 1ª Guerra Mundial, a considerar as cidades antigas como monumentos históricos na sua totalidade. Giovannoni defende a idéia de que os planos de recuperação das áreas antigas da cidade deveriam ser integrados a um planejamento urbanístico único, associando assim, a conservação da cidade antiga e a modernização urbana. Outra postura de vanguarda dos italianos e ingleses foi a “reutilização viva que evitasse aos monumentos históricos a sua museificação sistemática” (Choay, 2009, p.30 e 31). Nesse sentido, a autora opõe os tratamentos adotados pela Lei Malraux, de 1962, que coagula os centros e os tecidos antigos, e o de Giovannoni que preserva os mesmo integrando-os na vida contemporânea.

Na França, no século XIX, Choay (2009) chama a atenção para os trabalhos de do arquiteto francês Viollet-le-Duc, um dos primeiros teóricos da preservação do Patrimônio Histórico. Segundo François Choay (2012), Ruskin (Londres, britânico) e Viollet-Le-Duc (italiano), viveram e perceberam, de maneira idêntica, o trauma cultural imposto ao povo europeu pela revolução industrial. Ambos notam de maneira similar tanto a transformação das construções, como o impacto material e social do novo ambiente edificado.

Para Choay, Alois Riegl foi o primeiro a propor uma interpretação relativista da restauração, sustentada na sua análise dos valores contraditórios. Ele demonstrou que não podem existir regras científicas absolutas, cada caso inscreve-se numa dialética particular de valores em jogo. A reflexão de Riegl foi desenvolvida e integrada na legislação italiana. Independente dessas diferenças nacionais, o monumento histórico permaneceria com um caráter elitista, visto que os valores atribuídos a este (valor

histórico e estético) só são apreendidos “à custa de um trabalho exigente” (Choay, 2011, p.34).

Outra contribuição importante no campo do patrimônio foi a Reforma de Paris empreendida pelo Barão Haussmann, que segundo a autora, “não conserva menos, com a mais vigilante atenção, todas as formas de espaços e de edifícios antigos integráveis no que se tornou o tipo ideal da metrópole” (CHOAY, 2009, p.41). Como pontua a autora no prefácio do livro *Hausmann Conservateur de Paris* (2013): “Se Paris é hoje, a cidade mais visitada do mundo, é incontestavelmente graças ao trabalho realizado durante os dezessete anos de serviços públicos prestados por Haussmann” (CHOAY; GAUTHIER; 2013, p.07).

Por fim, a autora apresenta outro defasamento na gestão dos monumentos históricos, estes e as práticas que lhe estão associadas prendem-se à cultura européia. Tal constatação pode ser aferida através das duas primeiras conferências internacionais sobre a conservação artística e histórica dos monumentos: Conferência de Atenas (1931) e Conferência de Veneza (1964). Na primeira os participantes são todos de origem européia, predomina a expressão de origem alemã “monumento de arte e de história” e dominamos valores elitistas de arte e de história. Na segunda, apesar da participação de dois países não europeus (México e Peru), predomina os membros de países europeus.

Considero que apesar do Brasil se inspirar nos modelos de preservação e urbanização das principais nações européias que buscaram integrar o tecido antigo de suas cidades a vida contemporânea, os processos de urbanização no Brasil seguem um caminho contrário ao “dar as costas ao para o passado” (GOMES, 2014) através da demolição e negação do passado escravista e colonial. Segundo Marco Aurélio Gomes (2014):

Sabemos o quanto custou, em destruição de remanescentes de assentamentos urbanos do período colonial e do século XIX, o primeiro surto de modernização urbana, que teve sua primeira grande referencia nacional no plano de Pereira Passos para o Rio de Janeiro, nos primórdios do século XX, sem falar em um antecedente emblemático: a construção de Belo Horizonte, cidade modelo inaugurada em 1897 e que se erguia literalmente sobre os escombros de um antigo arraial. Na sequência da urbanização do Rio,

diversas capitais regionais seguem, nas primeiras décadas do século XX, o mesmo caminho de negação de seu passado colonial e escravista, com a conseqüente destruição de um patrimônio que sequer era ainda reconhecido e nomeado enquanto tal. Entre os anos de 1930 e 1950, outro surto modernizador (e demolidor), talvez até mesmo mais demolidor ainda, porque fortemente marcado por grandes obras de infraestruturais que desenharam a dimensão metropolitana de várias cidades brasileiras, ajuda a soterrar a modernidade belle époque construída no início do século XX e, juntamente com esta, mais remanescentes do período colonial e do século XIX.

Ainda segundo o autor, a política preservacionista instaurada pelo SPHAN que teve início em 1938 com o tombamento de sítios urbanos – ouro preto – perdeu a oportunidade nas décadas seguintes de incorporar em sua política e em suas práticas, a preservação das cidades antigas e inseri-las na dimensão urbanística da vida contemporânea. Além disso, Os processos urbanísticos das cidades brasileiras no início do século XX, também refletiram na questão da preservação do patrimônio urbano, pois foram, em sua maioria, agressivos com a estrutura antiga das cidades coloniais, tivemos uma perda irreparável de monumentos históricos, muitas vezes, destruídos para a abertura de grandes avenidas. Neste ensaio, analisaremos como o processo de urbanização da cidade de Olinda refletiu na preservação de seu patrimônio urbano.

### **Os processos de Urbanização da Cidade de Olinda**

A história da cidade de Olinda e suas transformações ao longo do tempo histórico estão marcadas por apogeu e declínios. Olinda foi uma das primeiras vilas fundadas no Brasil colonial, seu documento fundador – *o Foral de Olinda* – ressalta a prosperidade da vila e sua importância para a capitania de Pernambuco. Nascimento (2008) comenta sobre a importância da monumentalidade da cidade de Olinda, um fator a mais para compreendermos a realidade desta cidade:

No caso da cidade de Olinda, além dos aspectos destacados acima, há o fato de sua monumentalidade, pois os portugueses trouxeram, para apoiar o povoamento e ocupação da colônia, as mais importantes ordens religiosas católicas européias, que a partir do século XVI construíram suas igrejas, seus conventos, mosteiros e seminários nas terras recém descobertas. Foram se instalando em Olinda, inicialmente, os Jesuítas e Franciscanos, depois os Beneditinos e os Capuchinhos que, nos séculos XVIII e XIX, transformaram seus templos em grandes monumentos religiosos, verdadeiros tesouros artísticos de estilo barroco brasileiro, preservados até o momento atual. (NASCIMENTO, 2008, p.86)

As características arquitetônicas e urbanísticas de Olinda preservam a peculiaridade das cidades coloniais portuguesas e salvaguardam a história e memória da cidade. Olinda possui uma localização geográfica privilegiada formada por altas colinas que exaltam as belezas exuberantes de suas paisagens acompanhadas de intensas áreas verdes e uma linda vista para o mar azul.

A primeira aproximação de Olinda deveria ser, sempre, pelo mar. Roteiro sentimental é escolha de foro íntimo, mas é a partir do mar que a cidade surge mais bela. É só conferir nas gravuras de Franz Post ou nas vistas que Rugendas eternizou [...] Conhecer Olinda não carece da companhia de guias ou roteiros. É só fazer a ligação entre as igrejas e confirmar como eram espertos os primeiros ocupantes: os jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, todos souberam conquistar os espaços mais belos, no alto. É das celas dos mosteiros e conventos que se descortina a melhor paisagem litorânea [...] São circunstâncias como essas que alimentam, mesmo à distância, a mania besta de todo olindense de achar que somos parte daquele patrimônio da humanidade. ( VASCONCELOS, 1997, p.7-11)

O primeiro declínio da cidade de Olinda ocorreu durante a invasão Holandesa. Neste período, os holandeses elegem o Recife como centro da capitania de Pernambuco e investem seu capital no desenvolvimento e na transformação desta cidade. Desde então, o Recife não parou de crescer. A invasão Holandesa e a destruição da cidade com o incêndio deixou marcas profundas na história de Olinda, que para além das questões territoriais e políticas, causou uma perda irreparável em seu Patrimônio.

A reconstrução de Olinda foi bastante árdua e realizada de forma gradual. A cidade nunca mais conseguiu acompanhar a evolução do Recife e retomar seu poder político e econômico, findou-se com a transferência da Câmara para Recife. Segundo Guerra (1992), no final do século XVII, Olinda recebe um novo título da coroa Portuguesa, quando foi elevada a categoria de cidade e torna-se a sede do bispado português. Isto não faz Olinda retomar seu poderio, mas a cidade inicia-se um novo estágio de evolução.

No início do século XVII, Recife também é elevada a categoria de vila – vila de Santo Antônio do Recife – aos poucos “Olinda perde o centro das decisões administrativas, políticas, econômicas, judiciárias e religiosas, que foram sendo transferidas para o Recife” (GUERRA, 1992, p. 64), fato que não agradou a população

Olindense. Conforme evidencia Leonardo Dantas, Olinda vai perdendo gradualmente seu território para a nova vila do Recife, que amplia-se com prosperidade:

Ao separar-se de Olinda, em 1709, a vila de Santo Antonio do Recife constava, apenas, das áreas compreendidas pelos bairros de São Pedro Gonçalves (bairro do Recife) e Santo Antonio, que se estende até os limites do rio Capibaribe com a povoação dos Afogados. Em virtude da provisão de 6 de dezembro de 1817, foram desmembrados do termo de Olinda o bairro de Boa Vista e a povoação dos Afogados. Por resolução da presidência da Província, datada da reunião do Conselho de 20 de maio de 1833, lhe foram unidas as freguesias da Várzea, de Jaboatão e parte de São Lourenço, até onde tinha pertencido ao termo de Olinda. Pela Lei Provincial nº. 117, de 8 de maio de 1843, foram separadas do termo de Olinda e incorporadas ao Recife a freguesia de Poço da Panela e parte da Boa Vista, que ainda lhe pertencia. Em 1863 o termo, comarca e município do Recife compreendia as freguesias de São Pedro Gonçalves, Santo Antonio, Boa Vista, São José, Afogados, Muribeca, Poço de Panela, Várzea, Santo Amaro de Jaboatão e São Lourenço da Mata; compreendendo as quatro primeiras a área urbana da cidade propriamente dita, onde vivia uma população livre estimada entre 90 a 100 mil habitantes. (SILVA, 1992, p. 20.)

A decadência de Olinda dura um longo período e estende-se até o século XIX, quando, segundo Nascimento (2008), Olinda entra em um novo ciclo de desenvolvimento possibilitado pela linha férrea, a primeira estrada a unir Olinda à cidade de Recife. Com a crescente industrialização, tem-se o surgimento do primeiro trem urbano – a Maxambomba – que funcionou entre 1870 até 1914, quando tem-se a implementação dos bondes elétricos. A partir das novas ligações com a cidade do Recife, Olinda também passa a ser beneficiada pelos novos avanços da industrialização e percebe-se um crescimento populacional vigente. Mesmo não conseguindo acompanhar a evolução de Recife, e retomar seu poderio político e econômico, Olinda volta-se a desenvolver e se torna a cidade dormitório de Recife, dependente de seus empregos e de suas prestações de serviços.

No início do século XX, Olinda transforma-se em cidade balneária e inicia-se uma nova etapa de crescimento da ocupação urbana na cidade, agora se dirigindo para as partes baixas da cidade, próximos aos rios e beira-mar, conforme aponta Marília Didier:

No início do século XX, o interesse pelas áreas planas foi impulsionado, em virtude dos novos conhecimentos da medicina, sobre os benefícios da salubridade dos banhos de mar, provocado pela procura das praias. Por falta de acesso para as praias do sul, intensificou-se a procura pelas do norte. A faixa litorânea que compreende a área do Carmo deixou de ser habitada por

casebres de pescadores, deu lugar a moradia das classes mais favorecidas, e ao longo desta surgiram as primeiras casas de veraneio. (Didier, 1998, p. IV)

É importante ressaltar que a princípio a parte baixa da cidade de Olinda era marginalizada, a beira-mar era um local habitado por pescadores e pessoas de baixa renda. A mudança de pensamento impulsionada pela medicina higienista transforma a ocupação dessas áreas, agora valorizadas e alvo de ocupação das classes mais favorecidas. Com isso, inicia-se a construção de residências mais modernas, como os famosos chalés e casarios de estilo eclético. Tem-se a modernização e o desenvolvimento das regiões praieiras, a construção de conjuntos habitacionais com padrões arquitetônicos contemporâneos que deram origem aos novos bairros de Jardim Atlântico, Casa Caiada, Bairro Novo. Esta expansão urbana leva a construção e o alargamento de novas avenidas – como avenida de Olinda que abre novos acessos para a região. Este período promissor de desenvolvimento de Olinda, também foi acompanhado e influenciado pelo início da extração e produção da ‘fosforita’ (NASCIMENTO, 2008). Com isso, Olinda volta a experimentar um período de apogeu, que não duraria por muito tempo.

Em meados do século XX, Olinda é novamente devastada, agora pela invasão violenta do mar – as “Ressacadas” – destroem as orlas, ruas e seus casarios, e também compromete a estrutura da cidade alta, como veremos adiante. Com isso, Olinda perde o posto de cidade balneária mais visitada de Pernambuco para as praias do litoral sul – dentre elas a praia de boa viagem, que torna-se o novo alvo da ocupação e expansão urbana das classes mais favorecidas. A partir de então, Olinda entra em um novo ciclo de declínio, agora infundável, principalmente em relação a preservação da monumentalidade de sua cidade histórica.

### **Os novos desafios para a preservação do Patrimônio Urbano de Olinda**

As obras de drenagem e ampliação do Porto do Recife e os sucessivos aterros dos mangues e das regiões alagadas foram considerados pelo jornalista Luiz Beltrão (1996) como um dos fatores que promoveram o desequilíbrio ecológico da região e

resultou no avanço do mar que destruiu a orla Olinda e comprometeu a estrutura de suas colinas, conforme consta em suas memórias sobre Olinda:

Do litoral olindense cujo mar, com o aterro dos alagados e as obras de manutenção do porto do Recife, espreitava o momento sombrio em que, com fúria devastadora, destruiria casas e balneários e chegaria a abalar as próprias bases das gloriosas colinas da cidade eterna. (BELTRÃO, 1996 p. 174.)

O fenômeno das ressacas tornam-se constantes e passam a ser objetos de análise para engenheiros navais, geólogos e por oceanógrafos, que os consideravam um fenômeno inexplicável (Duarte, 1976) e provedor de tamanha destruição. Alfredo Carlos Schmaltz, em seu trabalho sobre a história das ressacas de Olinda também defende a idéia de que o fenômeno das ressacas são reflexos das obras de ampliação do porto do Recife e da construção da Base Naval de Olinda, pois os grandes aterros das regiões alagadas ocasionaram a mudança das correntes marítimas e o avanço do mar.

Diante deste cenário, Olinda, clama por ajuda, pois sua Prefeitura não tinha recursos suficientes para arcar com obras de preservação e recuperação de sua cidade. Neste período de calamidade são elaborados vários projetos visando a recuperação da cidade de Olinda, inicia-se uma mobilização dos políticos e defensores da cidade em busca de uma resolução para o problema. José de Castro, médico e escritor alerta sobre a ameaça ao Patrimônio Cultural de Olinda:

Ameaça ao patrimônio cultural de Olinda - Sr. *Josué de Castro*: – Sr. Presidente, recebo de minha terra, o Estado de Pernambuco, apelos de várias ordens, dentre os quais destaco o do prefeito de Olinda, Sr. Barreto Guimarães, todos no sentido de que chamasse a atenção da Casa para o estado de tragédia, de verdadeira calamidade pública em que se encontra essa cidade, a velha e antiga capital de Pernambuco, tristemente ameaçada de violenta corrosão pelo mar, que destrói as terras baixas, costeiras, onde assenta grande parte da cidade. Sabe a Casa, muito bem, que Olinda representa glorioso patrimônio nacional. Ela significa algo de extraordinária importância na história do Brasil, nas lutas holandesas, quando desempenhou o papel de vigoroso baluarte defensivo da nacionalidade, contra a ocupação estrangeira. Representa, ademais, tipo de arquitetura colonial da mais alta expressão na história, na evolução cultural de Pernambuco e do Brasil [...] Esta é a ameaça que dolorosamente pesa sobre a cidade, de ver destruídos os velhos casarões de tradição histórica e arquitetônica. O mar destrói desabridamente as costas. O fato deve calar fundo no espírito daqueles que representam o povo, sua história e sua tradição [...] (Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 8/7/1961, p. 7.)

A cidade de Olinda sofreu muito com a força da natureza, suas praias foram protegidas com a construção de diques e perderam suas belezas naturais fazendo com que as praias do Sítio Histórico de Olinda jamais retomassem sua balnealidade. Segundo Luiz Duarte (1976) foram feitos vários estudos geológicos que tinham como finalidade elucidar o problema. Estes chegaram a alguns diagnósticos como:

O escorregamento das terras, conseqüente a uma erosão subterrânea, explicando que as águas dissolvem o calcário que forma o substrato dos morros e no seu interior, as águas abrem cavernas, cujo desmoronamento provocaria recalques bruscos sem sinais imediatamente perceptíveis nas estruturas. (DUARTE, 1976, p. 188)

O problema das erosões também foi analisado pelo Centro de Tecnologia e Geociência da UFPE através de um projeto coordenado por Gusmão Filho em 2001. Este projeto buscou fazer um estudo bem detalhado sobre o problema da erosão e teve a participação de um grupo de técnicos e discentes, que apresentaram diagnósticos e soluções, tais como:

Olinda, cidade Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade, apresenta encostas com risco geológico de deslizamento, o que é uma grave ameaça à integridade do seu patrimônio. O mapa de risco ao patrimônio natural criado foi elaborado com base em fatores de risco com origem na geologia, topografia e condições ambientais. Além do tratamento existente e antecedentes históricos de danos. Conclui-se que as causas do risco alto, encontrado nas encostas verdes e de ocupação informal centenária, são de natureza geológica-geotécnica e ambiental. GUSMÃO FILHO, 2001. p. 193.

O problema da erosão e o deslizamento de seus montes fizeram Olinda sofrer pelas próprias entranhas. A estrutura de suas construções seculares, casarios, igrejas e monumentos coloniais foram comprometidas e recorrentemente tinham problemas com rachaduras. Isto tornou um problema grave para a população de Olinda, principalmente para os proprietários de bens que se localizam nas ladeiras e em seus entornos. Doravante, a população/proprietários eram obrigados a consertar suas casas e restaurar seus patrimônios históricos. Segundo Nascimento (2008) este fato trouxe muitas perdas materiais para a cidade de Olinda e causou muita repercussão na cidade:

Entre os mais atingidos estão as igrejas de construções seculares, a saber: o Mosteiro de São Bento, a Igreja do Carmo — que já experimentou recentemente obras para seu escoramento —, o Convento de São Francisco, o Seminário e sua igreja de Nossa Senhora das Neves. (NASCIMENTO, 2008, p. 244)

Portanto, o fenômeno das ressacas e da erosão em Olinda trouxeram danos irreparáveis para o patrimônio histórico e para a cidade de Olinda. Neste período, foram realizadas denúncias de descaso ao patrimônio histórico, foi aos políticos, proprietários, técnicos do SPHAN. A eles foram cobrados uma solução rápida para sanar o problema tendo em vista que a monumentalidade são a alma das cidades históricas.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELTRÃO, Luiz. *Memória de Olinda*. Olinda: FIAM, Centro de Estudos de História Municipal; Prefeitura Municipal de Olinda, 1996.

DIDIER, Marília. *Reestruturação urbana: molhe dos milagres*. 1998. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, 1998. p. IV

DUARTE, Luiz. *Olinda na formação da nacionalidade*. Recife: Imprensa Universitária da UFRPE, 1976.

SCHMALZ, Alfredo Carlos. As históricas Ressacas em Olinda. *Anuário de Olinda*, Olinda, n. 2. XV-XVI, p. 40-44, set. 1965.

Diário do Congresso Nacional, Seção I, de 8/7/1961, p. 7.

VASCONCELOS, Frederico. Olinda é mais bonita vista do mar ou das janelas dos conventos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno de Turismo, p. 7-11, 6 out. 1997.

GUSMÃO FILHO, Jaime. *A cidade histórica de Olinda: problemas e soluções de engenharia*. Recife: EDUFPE, 2001.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do, *Olinda: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade* -- Salvador, 2008.